



Veículo: O Liberal		
Data: 05/04/2018	Caderno: Atualidades	Página: 06
Assunto: Mestrado		
Tipo: Notícia	Ação: Espontânea	Classificação: Neutra

Trabalho acadêmico sobre casamento provoca polêmica na UFPA

REPERCUSSÕES

Críticos dizem que conceito de família na tese exclui pessoas do mesmo sexo

A polêmica envolvendo uma dissertação de mestrado da Universidade Federal do Pará (UFPA), que discute a legitimidade do casamento, levou entidades e estudantes a defenderem a autora do estudo, Dienny Magalhães, que foi orientada pelo professor Victor Sales. O trabalho, inicialmente publicado sob o título provisório “Casamento: sua natureza conjugal e relevância para o bem comum” teve o nome alterado para “O Bem Humano Básico do Casamento na Nova Teoria da Lei Natural: Razão Prática, Bem Comum e Direito” após a repercussão negativa sobre a tese, acusada de excluir o conceito de família em relação às pessoas do mesmo sexo, já que destacava, inicialmente em resumo, que as formas adequadas de família seriam

formadas entre sexos opostos e complementares. Procurada pela reportagem, Dienny Magalhães optou por não se pronunciar no momento.

Nas redes sociais, algumas pessoas e organizações têm mostrado apoio à docente. Flávio Mansos, diretor da Associação Estadual de Advogados Evangélicos (Aepa), sustenta o apoio à aluna. “A gente defende uma imparcialidade e revisão de ânimo da banca. Há um problema que não deveria ter ocorrido, deveria ter sido mais uma dissertação de mestrado como qualquer outra. (...) Essa moça vem sofrendo desde que foi aprovada. Ao longo de dois anos vem sofrendo retaliações e dificuldades que não são normais para uma mestranda”, destacou.

Para ele, a situação causaria constrangimento a Dienny. “Nós a defendemos e temos a convicção que a banca que está sendo designada hoje, que é uma designação Ad hoc, proposital e específica. A banca que era para ser imparcial acabou sendo contaminada com essas ideologias. Escolheram pessoas específicas para compor a comissão julgadora

dela. Nós temos quase que a convicção que essas pessoas foram nomeadas justamente para reprová-la. A ideia é que ela tenha não um julgamento, mas uma humilhação pública”, concluiu. Além da Aepa, a Associação Nacional de Juristas Evangélicos também anunciou o apoio à mestranda e destacou que oficializou o suporte à aluna.

Mansos critica ainda a troca da banca, que foi nomeada em reunião do colegiado do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGD), realizada na última segunda-feira (2). “(...) São pessoas que já demonstram, de início, que não têm a imparcialidade devida por conta dessas manifestações públicas. O que nós defendemos é que ela tenha oportunidade de ser julgada por uma banca isenta, porque se essa garota não for aprovada, seria a primeira vez que aconteceria no PPGD da UFPA. Então acaba que tem um tom de perseguição ide-



ológico e política dentro de uma universidade que não deveria ter isso”, disse o diretor da Aepa.

Por conta da polêmica, a defesa da dissertação, que deveria ter sido realizada ontem (4) foi adiada pela coordenação do PPGD. De acordo com Paulo Sérgio Weyl, coordenador do Programa, a nova data da defesa ficará a critério dos professores escolhidos para a comissão avaliadora. “A banca foi designada com professores que vão proferir o julgamento acadêmico e será realizada em data designada por esses professores”, pontuou.

COMPROMISSO

Ainda segundo Weyl, o PPGD tem formado um compromisso social de diálogo com os Direitos Humanos. “Nós acreditamos que o colegiado compor uma banca plural onde nós temos um professor que orientou a pesquisa e irá defendê-la, nós temos um pesquisador com largo conhecimento sobre a Teoria da Justiça e nós temos outro professor com largo conhecimento sobre o Seção dos Direitos Antidiscriminatórios com reconhecimento nacional e internacional. Nós temos segurança que essa banca vai entregar ao colegiado, pela aprovação

ou não aprovação, de forma substanciada. O objetivo foi de compor uma banca plural que representasse todos os anseios dessa preocupação social que envolve a investigação que será defendida”, destacou. Além do orientador, Dr. Victor Sales, foi nomeado o professor Dr. Roger Raup Rios, como membro externo, e o professor Dr. José Cláudio Monteiro de Brito Filho, como membro externo.

Em nota, o PPGD informou que “jamais praticou ou praticará atos de censura acadêmica, do que são exemplos as inúmeras investigações realizadas no âmbito do programa acadêmico. Nesse sentido, sua Coordenação e todos os seus docentes defenderam e defendem o direito da discente ir a Júri Acadêmico”.

Um ataque virtual chegou a ser organizado contra a professora Luanna Tomaz, docente da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação da UFPA e vice-diretora em exercício da Direção da Faculdade de Direito da instituição, após a repercussão sobre a defesa da dissertação de Dienny Magalhães. Mensagens de ódio e emails, principalmente de apoiadores da discente - não diretamente ligados à aluna - foram enviados em

massa para Tomaz. Além da professora, no final da tarde de ontem, mensagens em defesa de Dienny começaram a ser enviadas, também, ao professor José Benatti, diretor do Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA, em seu perfil pessoal em uma rede social.